



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , 2025.

“Dispõe sobre a concessão de intervalos especiais para amamentação às servidoras lactantes no âmbito da Administração Pública do Município de Itamogi e dá outras providências.”

ROGÉRIO ANTÔNIO CAMPAGNOLI DA SILVA, Prefeito Municipal de Itamogi, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, encaminha à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Fica assegurado às servidoras públicas municipais lactantes, durante o período de amamentação, o direito à fruição de intervalos especiais destinados ao aleitamento materno e à permanência com o bebê, nos termos desta Lei.

Art. 2º A servidora lactante terá direito à concessão de duas pausas diárias de 30 (trinta) minutos cada, sendo uma no período matutino e outra no período vespertino, durante sua jornada de trabalho, enquanto a criança não completar 6 (seis) meses de idade.

§1º A finalidade das pausas consiste exclusivamente na realização da amamentação e no convívio imediato da mãe com o bebê, reconhecidos como essenciais ao desenvolvimento saudável da criança.

§2º As pausas previstas no caput não poderão, em hipótese alguma, ser utilizadas para:

- I – retardar o início da jornada de trabalho;
- II – antecipar o término da jornada;
- III – ampliar ou reduzir o horário destinado ao intervalo intrajornada para alimentação e descanso;
- IV – cumular horários, devendo os intervalos ser usufruídos **dentro do período regular de expediente**, conforme organização do setor.

§3º A chefia imediata deverá garantir condições para o usufruto das pausas, organizando a rotina do setor de forma a não comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Art. 3º Às servidoras públicas que desempenhem jornada diária reduzida ou em meio período, será assegurado o direito à concessão de uma única pausa diária de 30 (trinta) minutos, a título de intervalo especial para amamentação, de forma proporcional à carga horária exercida.

Art. 4º A concessão dos intervalos especiais de que trata esta Lei estará condicionada à apresentação, pela servidora, da certidão de nascimento da criança ou documento oficial equivalente que comprove sua idade.

Art. 5º Os intervalos para amamentação de que trata esta Lei aplicam-se a todas as servidoras públicas do Município, independentemente da forma de provimento de seu vínculo funcional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, com vistas a garantir sua plena execução administrativa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itamogi, 02 de dezembro de 2025.


ROGÉRIO ANTÔNIO CAMPAGNOLI DA SILVA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Submeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que visa assegurar às servidoras públicas municipais lactantes o direito à concessão de intervalos especiais para amamentação e para convivência com seus bebês durante o horário de expediente, em consonância com as garantias constitucionais e com a proteção integral à maternidade e à infância.

A Constituição Federal, em seu art. 6º, elenca a proteção à maternidade e à infância como direito social fundamental; e o art. 226, §7º, impõe ao Estado o dever de assegurar condições necessárias ao fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente no período pós-gestacional. De igual forma, o art. 227 estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à proteção e ao desenvolvimento pleno.

O aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida é recomendado como prática essencial para o desenvolvimento físico, imunológico e emocional da criança, além de contribuir para a saúde da mãe. No âmbito infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma a necessidade de implementação de políticas públicas direcionadas à proteção integral da criança, impondo ao poder público o dever de adotar medidas que viabilizem condições adequadas de cuidado materno nos primeiros meses de vida.

A legislação trabalhista federal, por sua vez, estabelece no art. 396 da CLT que a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais para amamentar, até que a criança complete 6 meses, regra que inspirou e embasa o conteúdo normativo que ora se propõe, adaptado à estrutura administrativa municipal. Assim, a aprovação deste Projeto de Lei representa não apenas o cumprimento de mandamentos constitucionais e legais, mas também um importante avanço humanitário e social na política de cuidado com a infância no âmbito municipal.

Trata-se de medida compatível com a realidade administrativa e plenamente viável, sem prejuízo ao funcionamento dos serviços públicos, uma vez que as pausas serão usufruídas exclusivamente dentro do expediente e não poderão ser utilizadas para atraso, saída antecipada ou alteração do intervalo para refeição.

A proposição contempla ainda tratamento proporcional às servidoras que desempenham jornada reduzida, garantindo-lhes pausa de 30 minutos, de modo a observar os princípios da razoabilidade, isonomia e proporcionalidade. Diante de todo o exposto, resta evidente a necessidade e relevância da aprovação da presente proposição, que representa avanço na proteção à saúde materno-infantil, na promoção do aleitamento materno e na humanização das relações de trabalho. Assim, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI

Itamogi, 02 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO ANTÔNIO CAMPAGNOLI DA SILVA
Prefeito Municipal